



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CASP

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(ROGÉRIO CORREIA, ALICE PORTUGAL, CAROL DARTORA, FERNANDA MELCHIONNA, LUCIENE CAVALCANTE E REIMONT)

Requer a realização de Seminário para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que precariza o serviço público e desvaloriza seus trabalhadores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 24, XIII, combinado com o artigo 32, XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vem requerer a realização de Seminário para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que precariza o serviço público e desvaloriza seus trabalhadores.

A definição da data, do formato e dos expositores se dará após a aprovação do requerimento pelo Plenário da Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Muito se discute sobre o impacto da PEC 32/2020, mas a verdade é que as mudanças trazidas pela proposta resulta em impactos profundos para a população brasileira em geral, em especial para os mais vulneráveis, que dependem unicamente do serviço público para ter acesso a direitos básicos. Em resumo, ela aumentará as desigualdades já abissais existentes no Brasil.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta em questão, em que pese chamada de “Reforma Administrativa”, em nenhum momento propõe que a Administração Pública venha passar por efetivas reformas, com a melhora de serviços e dos quadros funcionais, fatos não identificados em nenhuma parte dos textos. O que na verdade se apresenta é a entrega de boa parte dos serviços à iniciativa privada, substituindo o serviço público gratuito pelo lucro das empresas que viessem a assumir a sua execução.

Ainda, em relação aos trabalhadores do serviço público, a PEC 32/2020 busca também, sob o argumento de “necessários” cortes de gastos públicos, a redução do quadro de servidores efetivos concursados, substituindo, onde remanescessem serviços públicos, por trabalhadores terceirizados ou temporários. Além disso, traz a total insegurança no exercício do trabalho, o fim da estabilidade para novos e a flexibilização da estabilidade para os ingressos antes da aprovação do texto proposto. Isso significa, entre outras consequências, a possibilidade de pressão política de chefias e governantes de plantão, interferindo nos trabalhos e decisões que devem ser exercidos com a garantia do Estado, com graves consequências para os servidores e a população.

Afinal, a reforma, se aprovada atingirá diversos serviços: a saúde do básico ao mais complexo, a educação da creche à universidade, mas também atingirá negativamente áreas como a pesquisa científica, a defesa e a proteção do meio ambiente.

Também são atingidas de maneira a fragilizar outras áreas, de responsabilidade exclusiva do Estado, como fiscalização, controle, arrecadação e cobrança de tributos, segurança pública, serviço exterior, advocacia e defensoria públicas, orçamento, entre outras. Isso, porque não basta que nessas áreas as atividades finais sejam exercidas por servidores responsáveis por atividades exclusivas de Estado, já que outras atividades das mesmas instituições poderiam ser exercidas por trabalhadores temporários, terceirizados ou servidores sem estabilidade e outras garantias.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na certeza de contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2023.

**Deputado ROGÉRIO
CORREIA**
PT-MG

**Deputada ALICE
PORTUGAL**
PCdoB-BA

**Deputada CAROL
DARTORA**
PT-PR

**Deputada FERNANDA
MELCHIONNA**
PSOL-RS

**Deputada LUCIENE
CAVALCANTE**
PSOL-SP

Deputado REIMONT
PT-RJ





Requerimento **(Do Sr. Rogério Correia)**

Requer a realização de Seminário para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que precariza o serviço público e desvaloriza seus trabalhadores.

Assinaram eletronicamente o documento CD233246180200, nesta ordem:

- 1 Dep. Rogério Correia (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Reimont (PT/RJ) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Carol Dartora (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 5 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 6 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV

